A participação como necessidade humana e ferramenta da Extensão Rural no apoio aos sujeitos coletivos de direitos e políticas para os agricultores familiares e pescadores artesanais em Maracaípe - Pernambuco.

Irenilda de Souza Lima[1]

Filipe Lima Silva[2];

Ladjane Ramos Caporal[3];

Jadson Fonseca[4];

Mauricio de Siqueira Silva[5]

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Neste trabalho analisamos algumas formas de participação nas ações de incubação feita com um grupo de pescadores artesanais nas atividades de jangadeiros ligadas a prática do turismo sustentável no Pontal de Maracaípe no litoral Sul de Pernambuco. A ideia foi de resgatar inicialmente o aporte teórico de Bordenave (1986) sobre participação verificando de que forma as várias modalidades de participação geram a mobilização necessária para melhorar a dinâmica da nova atividade produtiva. A importância deste estudo é realçar as metodologias participativas para o empoderamento de grupos populares como ferramenta da ação da Extensão Rural para o desenvolvimento local, promovendo a valorização de ativos estratégicos como a capacidade de participação e organização de sujeitos coletivos em prol de direitos e políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Pescadores Artesanais; Extensão Rural; Sujeitos Coletivos de Direitos.

[1] Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Rural da UFRPE, email: irenilima2@gmail.com.

[2] Mestre em Extensão e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (POSMEX), email: filipemp2@hotmail.com.

[3] Mestre em Extensão e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (POSMEX), email:ladjane.caporal@gmail.com

[4] Mestrando em Extensão e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (POSMEX), email: jadsonfonseca@yahoo.com

[5] Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco. Aluno especial do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, email: mauricio.uast.ufrpe@gmail.com.

A participação como necessidade humana e ferramenta da Extensão Rural no apoio aos sujeitos coletivos de direitos e políticas para os agricultores familiares e pescadores artesanais em Maracaípe - Pernambuco.

Introdução

Objetivo do trabalho foi de analisar algumas formas de participação nas ações de incubação de um grupo de pescadores artesanais a partir da associação dos jangadeiros do Pontal de Maracaípe no litoral Sul de Pernambuco feito pelo INCUBACOOP- UFRPE. Partimos do consenso de que uma das maiores contribuições teóricas nos estudos sobre Extensão Rural no Brasil na década dos anos 70 foi dada por Paulo Freire a partir do conteúdo exposto no livro sob título de Extensão ou Comunicação? (1969), uma vez que esta obra aproxima a educação, a comunicação e o mundo rural fazendo considerações que conferem importância a participação como elemento relevante na prática da Extensão Rural.

Para quem se dedica aos estudos sobre Extensão Rural vai encontrar no tema participação um objeto recorrente em várias discussões e reflexões de assuntos como Desenvolvimento Rural, sustentabilidade e tantos outros temas relacionados à agricultura familiar no Brasil. No entanto, ao falarmos de agricultura familiar incluímos aqui as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e outros públicos beneficiários de políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004).

Assim desde os estudos de Bordenave (1986) já se notava a importância dos vários tipos e formas de participação. Para o autor a participação vem da palavra parte e infere que a participação significa fazer parte, tomar parte e ter parte, classificando-a em: passiva, ativa, microparticipação, macroparticipação, voluntária dentre tantas outras.

Reforce-se que para o autor (BORDENAVE, 1986) a participação é inerente à natureza social do ser humano e esse fato tem acompanhado a evolução humana desde os tempos tribais nos primórdios da civilização. Neste sentido, a frustração humana de não participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos.

Dentre todas as instâncias sociais e nas incontáveis formas de participação o autor dá destaque aos sistemas educativos formais e não formais, os quais deveriam desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida desta participação, pois o futuro ideal do homem só se daria numa sociedade participativa (BORDENAVE, 1986, p.16).

Portanto, as diversas formas de participação constituem-se em ferramentas necessárias para o pleno exercício da cidadania em contextos globais e locais onde se almeja construir processos democráticos, principalmente, quando se está em jogo a relação do Estado com a sociedade. Ante a este contexto, observa-se que hodiernamente os processos que implicam numa gradativa conquista e exercício da cidadania são consubstanciados na reivindicação pelo atendimento de suas demandas a partir da ideia de uma sociedade democrática e de um Estado prestacional.

Neste sentido, Dahl (2012) sinalizou a participação efetiva como critério imprescindível para os processos democráticos e assim, antes de ser adotada uma determinada política pública, todos os membros da sociedade deveriam ter oportunidades iguais e efetivas para conhecerem e opinarem sobre qual a natureza desta política.

No caso da sociedade brasileira verifica-se que temos enfrentado muitos desafios na caminhada para nos tornarmos de fato um país onde as demandas sociais (reprimidas historicamente) sejam visibilizadas e atendidas a partir da participação e das mobilizações, bem como que os processos de mais ou de menos mobilização e participação estão atrelados ao modelo de desenvolvimento estabelecido hegemonicamente.

Assim, a participação pode gerar novos processos de organização para os segmentos produtivos menos privilegiados, menos incluídos e com direitos sociais importantes negados. Alguns desses direitos gerais estão na área de educação, saúde, oportunidade de trabalho, geração de renda e qualidade de vida.

Neste aspecto, reforça-se a ideia de que a participação (BORDENAVE, 1986) é uma necessidade quase que orgânica do ser humano, não importando do quanto se toma parte, mas de como se toma parte, pois, é assim que as pessoas participam nos grupos primários como a família, em grupos secundários como o setor de trabalho e de grupos terciário como os partidos políticos e movimentos de classe.

Partindo desta premissa podemos pensar em como a participação pode ser usada como instrumento para solução de problemas e para dirimir conflitos, uma vez que esta gera a organização. Adentrarmos a seara da organização decorrente dos processos de

participação mostra-se essencial por tratar-se de ferramenta social de caráter imprescindível, uma vez que viabiliza saídas estratégicas para os segmentos menos favorecidos proporcionando o acesso a bens e serviços sociais.

A participação faz com que o sujeito isolado que individualmente não tinha expressão ou força reivindicatória diante da máquina pública passe a tê-las a partir da agregação de sujeitos e da constituição do coletivo, ou seja, passam a serem detentores do status de sujeitos coletivos de direitos e políticas, conforme dispõe Pontes (2012).

Neste contexto de organização, constituição de identidades coletivas, empoderamento e cidadania, incluem-se ainda as populações que vivem no campo e do campo, uma vez que, em grande parte das realidades observadas, se associam a movimentos sociais e fazem proposições ao Estado (GHON, 2003). Já para Pontes (2012) é através da participação de movimentos sociais do campo que homens e mulheres expressam e reafirmam sua capacidade transformadora e assim instituem, de forma autêntica e legitimada, novos direitos, construindo ações para transformar suas realidades e contagiando com suas ações coletivas as disputas travadas nos demais espaços de poder.

Bordenave (1986, p. 23) descreve processos de micro e macro participação indicando que a micro participação é feita voluntariamente para obtenção de resultados imediatos enquanto que a participação em nível macro ou participação social compreende a participação das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade. Ambos os processos de participação podem incidir no que é mais básico na sociedade como são os bens materiais e culturais, bem como sua administração e usofruto.

A participação é uma necessidade peculiar a completude do ser humano e pode gerar o agrupamento destes em associações para viabilizar a produção e a comercialização de produtos resultantes de suas atividades e em grupos de representação de classe. Pode se ter com a participação mais força política para conquistas sociais através de políticas públicas, reforma agrária, implantação de escolas nos moldes da educação do campo, valorização das formas tradicionais de produção e acesso a créditos etc.

Tais aspectos geram maiores e melhores formas de inclusão social e estratégias de enfretamento aos limites impostos pelo sistema capitalista cuja linguagem econômica inviabiliza, muitas vezes, a inserção dos grupos produtivos oriundos de segmentos populares ou de comunidades tradicionais, uma vez que a lógica produtiva destes nem sempre passa pela visão de empreendorismo, que indica muitas vezes o sucesso a partir de competências pessoais e não necessariamente coletivas.

No âmbito do mundo rural a participação foi também um dos princípios, um dos aspectos que regeu a mudança da forma de se prestar apoio aos agricultores familiares através da Extensão Rural. Na adoção de novas abordagens a comunicação pelo diálogo, as trocas de saberes, as metodologias participativas,as orientações para formas de agriculturas sustentáveis foram pontos importantes a serem considerados, os quais vieram no bojo da nova Extensão Rural e do que estava descrito no Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2004).

O tema participação foi já bastante estudado em pesquisas e estudos no mestrado de Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E isso se torna evidente na seguinte citação:

> Nossa pretensão é recuperar alguns fundamentos, discussões, construções, desafios do momento de transição, evidenciando a importância da participação e do desenvolvimento local como alternativas na viabilização de uma outra lógica de ação pública na promoção do desenvolvimento rural (LIMA, 2006, p. 161).

Para Faria (2000) o desenvolvimento de metodologias com enfoque participativo pertinente a Extensão Rural contemporânea teve início ao longo da década de 1970 em torno de uma abordagem denominada Diagnóstico Rápido participativo. (DRSR), preparando os agricultores para a vivencia da força política das instâncias coletivas geradas pela participação.

Acreditamos que as mais diversas formas de organização pela participação trazem possibilidades de conquistas sociais importantes, principalmente para as populações que habitam em contextos rurais tais como, pescadores e campesinos nas várias formas de representação e contextualização.

No meio rural ou urbano os processos participativos são inerente aos recantos onde se persegue a ideia de mobilização popular para o aperfeiçoamento do projeto político executado. Tais participações geram mobilização e importam no tão almejado controle social das ações dos governos.

Essas diversas formas de relações sociais geram melhores condições de permanência no campo, de organização e consequentemente de empoderamento das pessoas em seus grupos sociais para a conquista de direitos. Nestes aspectos de considerar a participação nas relações sociais no campo pareceu-nos oportuno analisar e evidenciar a

partir de algumas pesquisas recentes no Programa de mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – da Universidade Federal Rural de Pernambuco – o aspecto da participação mesmo que nestes estudos escolhidos este não tenha sido o enfoque protagonista da pesquisa.

E assim, o objetivo do presente trabalho foi analisar algumas formas de participação nas ações de incubação de um grupo de pescadores artesanais a partir da Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe no litoral Sul de Pernambuco feito pela INCUBACOOP- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE. Especificamente, os objetivos foram pautados de forma a verificar de que forma a participação gera a mobilização necessária para a dinâmica da atividade de jangadeiros na prática do turismo sustentável.

A importância deste estudo é de ilustrar que as abordagens por metodologias participativas são importantes para o empoderamento de grupos populares no sentido de que estes grupos devem estar organizados e mobilizados para melhor exercerem suas atividades produtivas e acionarem a capacidade política do grupo.

Buscou-se ainda trazer mais elementos para o fortalecimento do enfoque da comunicação dialógica, troca de saberes, educação como construção de conhecimento e esses aspecto estão dispostos também no aporte teórico de Freire (1977) e cujo suporte de execução estão relacionados ao uso de metodologias participativas que possam fomentar o crescimento da consciência crítica das pessoas, fortalecendo a ideia de que a participação como diz Bordenave (1986, p.12) . E participação, contemporaneamente, está na ordem do dia, nas mais variadas formas de exercício da cidadania devido a um descontentamento geral pela marginalização do povo em assuntos que interessam a todos, mas que são decididos por poucos.

Metodologicamente este trabalho tipifica-se como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental tendo como base o uso de entrevistas, observações diretas e questionários feitos nas pesquisas originais, em especial na dissertação de Fonseca (2013) intitulada “Um estudo sobre as ações de incubação na associação dos jangadeiros do Pontal de Maracaípe no litoral Sul de Pernambuco” e que serviu de objeto de hemenêutica para este texto realizado.

Referencial teórico do estudo: no aporte teórico fizemos referências iniciais às participações consagradas nos Estado Democrático de Direito, agricultura familiar e nas formas participativas, bem como evidenciamos alguns referenciais que mostram a

participação como elemento essencial ao desenvolvimento e seus desafios para a organização dos grupos produtivos populares, e em especial aos oriundos de comunidades consideradas tradicionais.

No referencial teórico sinalizamos que a participação nas sociedades que pretendem se constituir como democráticas aparece como um fator primordial, uma vez que o Estado pode ser pensado como uma instituição organizada política, social e juridicamente e regido pela lei máxima que é a Constituição Federal (1988). Netse ensejo, Zippelius (1997) considera importante descrever o Estado a partir das interdependências e condicionamentos dos fatos sociais por serem conexões (sistemas) de múltiplos fatores, não se podendo explicar um fenômeno complexo apenas através de um fator somente como, por exemplo, o aspecto econômico. Na verdade o Estado e a comunidade devem ser representados como sistemas de interações complexas.

O Estado pode ser pensado como uma grande comunidade e como tal tem em suas formas de representações sistemas de interações e, do mesmo jeito, as pessoas que estão nas bases deste Estado são cidadãos que se relacionam entre si e com o poder. Uma das formas essenciais de interações acarreta na abertura de canais de comunicação do Estado com a sociedade que ele representa mediante processos políticos trazendo a ideia de complexidade das inter-relações entre estes segmentos na perspectiva do desenvolvimento do país.

Desta forma o sistema capitalista, que é por natureza excludente, traz o desenvolvimento com ênfase nos aspectos economicistas, evidenciando que a estrutura política do Estado capitalista vigente no Brasil determina o tipo de participação e inclusão econômica e por consequência exclusão às camadas de base de sua sociedade. Como alternativa e como formas de inclusão há a expectativa de organização do povos em espaços coletivos e nos movimentos sociais. Desta forma, como sujeitos coletivos as conquistas e os acessos a bens e direitos públicos são viabilizados e desta relação pode surgir as políticas públicas. Sobre essa evidencia encontramos em Pontes (2012, p.727) que como sujeitos coletivos de direitos os movimentos sociais, com suas experiências vitoriosas de suas lutas concretas, devem assumir seu lugar de destaque na ação de transformar a realidade.

Os desafios para a organização dos grupos produtivos populares ou vindo de comunidades tradicionais passam muitas vezes pela necessidade de um apoio externo para o estimulo a participarem e se mobilizarem e isso pode ser feito por um trabalho que é típico da proposta de Extensão Rural nos moldes do que determinou o documento de 2004 da

nova PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2004), cujas diretrizes orientam que a metodologia do trabalho de Extensão Rural trata-se de um apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar de forma a promover a autonomia e o empoderamento dos grupos assistidos incentivados assim por metodologias participativas.

O apoio à participação tem sido grande aliado à peculiaridade dos agricultores familiares nas formas de posse, uso e vida no campo e tem influenciado muitos integrantes de comunidades tradicionais a envolverem-se com grupos, principalmente, para a viabilidade de formas produtivas, o aumento de renda e melhores condições de vida. De outra forma, sem estar exercendo a participação, os grupos oriundos dos considerados povos e comunidades tradicionais são, quase sempre, precarizados nas suas mais diversas formas de vidas no campo. Os agricultores familiares tem lógicas locais e peculiares que muitas vezes não se adéquam ao tipo de política pública que vigora e ao apoio da estrutura política do Estado capitalista vigente.

Observa-se que a união é condição política importante utilizada pelos produtores rurais para defender os seus interesses, o que lhes permite passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido em processos participativos.

Assim, os agricultores familiares no Brasil buscam escapar do modo de produção e reprodução hegemônico – caracterizado pela exclusão socioeconômica em que vivem os trabalhadores em geral – sem perderem as aquisições históricas de seu modo de vida produzido e reproduzido à margem da alienação do trabalho urbano-industrial. Neste aspecto a forma de produção e exploração da terra é muito mais sustentável em relação ao modelo de desenvolvimento que predomina.

Logo, a agricultura familiar é fundamental quando se pensa em desenvolvimento local sustentável, pois sua multifuncionalidade gera muito mais do que bens de produção, uma vez que é capaz de promover emprego, renda, preservação do meio ambiente, cultura e justiça social no campo. Neste sentido, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1999, p. 13) infere que:

> A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um novo contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais; Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas "anteriores", gestando, antes, um

> agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

Em relação aos direitos sociais, também é evidente a grande carência de infra-estrutura para essa população do campo nas áreas de educação, saúde, equipamentos de lazer entre outros que, mesmo com todos os investimentos dos governos intensificados nos últimos dez anos para a promoção e implementação de políticas públicas, ainda é insuficiente quanto ao número de escolas, postos de saúde e hospitais, saneamento, centro de lazer e cultura, entre outros necessários para dar suporte à vida da população rural.

Análise dos dados

Nas últimas décadas, as comunidades de pescadores artesanais têm-se pauperizado e isso se deve a muitos fatores ligados ao modelo de exploração econômica, que passa pela inviabilização de suas formas tradicionais de viver e produzir. Neste sentido, podemos compreender que eles desenvolvem outras atividades, não ligadas diretamente à pesca, sem no entanto, perderem suas identidades como pescadores. Tal pensamento encontra base teórica em Wanderley (2009) para quem as sociedades tradicionais se definem por manterem laços de integração com as chamadas "sociedades englobantes".

Buscamos analisar de que forma a participação gerou a mobilização no estudo de caso feito por Fonseca (2013) sobre as ações de incubação na Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe – AJPM, no litoral Sul de Pernambuco, onde o serviço de condução de turistas é exercido por alguns pescadores dessa comunidade litorânea, inserida no Polo turístico de Porto de Galinhas, pertencente ao Município de Ipojuca, distante cerca de 50 km da capital, Recife. Criada em maio de 1992, a Associação nasceu como uma alternativa de trabalho e geração de renda para pescadores e filhos de pescadores desta comunidade, os quais perceberam nesta atividade turística uma possibilidade de inserção na cadeia produtiva do turismo.

Assim, os pescadores artesanais foram inseridos de forma induzida pelo contexto turístico local no qual a atividade passou a ser desenvolvida de forma improvisada, sem o domínio das ferramentas necessárias ao oferecimento de um serviço turístico com organização e qualidade. Paralelamente, a atividade da pesca artesanal não foi abandonada por alguns integrantes desta Associação, o que de certa forma mantém uma lógica tradicional apesar de aderirem às novas atividades.

Logo, para realizarem uma participação efetiva num grupo organizativo que os representasse no enfretamento desta nova atividade, o grupo recebeu a incubação feita no âmbito do Projeto de Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Turismo PORTURISMO-ECOSOL, durante os anos de 2009 e 2012 que foi desenvolvido no Pólo turístico de Porto de Galinhas, localizado no Município de Ipojuca, Pernambuco, pela INCUBACOOP, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

A atuação da INCUBACOOP teve como objetivo principal, fortalecer grupos populares, incrementando ganhos sociais em termos de auto-estima, melhor formação para o trabalho autônomo associativo, ganhos financeiros e ampliação da renda das famílias, a partir do aperfeiçoamento de suas competências para produzirem mediante agregação de valor.

Percebe-se que o forte caráter participativo nas ações de incubação para organização dos pescadores artesanais quando acrescentaram às suas atividades o trabalho com turismo sustentável. Partindo das características deste grupo como popular e tradicional a participação e as formas de reciprocidade nos chamou a atenção, consideramos que isso acontecia pelo fato de serem pescadores de uma mesma comunidade onde as relações pessoais indicavam uma participação de fato e espontânea (BORDENAVE, 1986).

No caso de Maracaípe, além dos adultos homens, os jovens e as mulheres exercem atividades ligadas à pesca, estando suas formas de aprendizagem atreladas aos contextos de socialização e participação, uma vez que incubação proporcionada em construção com a INCUBACOOP da UFRPE trouxe ao grupo a adoção de metodologias participativas, pelas quais os membros da associação eram estimulados a entenderem a importância do coletivo, dos frutos da participação, da mobilização, da conquista de direitos e da conscientização da importância do turismo sustentável.

As metodologias participativas introduzidas são ferramentas próprias e imprescindíveis nos processos de incubação e estão fundamentadas nos princípios da PNATER (2004) na qual a perspectiva de participação permeia todos os aspectos do documento. Por exemplo, em uma das diretrizes há a indicação de que a Política Nacional de Ater deve: Promover a relação de participação e gestão compartilhada, pautada na corresponsabilidade entre todos os agentes do processo de desenvolvimento, estabelecendo interações efetivas e permanentes com as comunidades rurais (BRASIL, 2004, p.7). E na missão dos serviços de Ater, há a referencias de que deve a Extensão Rural:

> Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias participativas, intergradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2004, p.9)

Portanto, no trabalho com Extensão Rural no apoio ao desenvolvimento rural uma das premissas é a formação de sujeitos coletivos mediante apoio educativo considerado a partir da comunicação pelo diálogo e no incentivo a prática da agricultura em bases sustentáveis.

Cabe-nos ainda destacar a importância da reciprocidade como forma de comportamento social que unifica as pessoas e fortalece as relações afetivas e de subjetividade que facilitam os processos participativos. Entende-se por reciprocidade o que Sabourin (2009, p. 51) conceituou como sendo "a dinâmica de reprodução de prestações, geradoras de vínculo social" e o sentimento de pertencimento a um grupo (comunidade camponesa). Ainda segundo o autor a reciprocidade se revela como a solidariedade "na produção ou redistribuição de alimentos, que constituem o plano do real". Já no âmbito do simbólico ela se revela nos cantos, nas rezas coletivas, entre outros, asseverando ainda que "A linguagem está na base da reciprocidade. Este compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem" (SABOURIN, 2009, p 52).

Assim, estes grupos de comunidades tradicionais precisam recorrer a formas de organizações para criarem as melhores alternativas de enfrentamentos às novas exigências da sociedade essencialmente competitiva. A participação que gera a mobilização para a organização aparece como uma das propostas e estratégias de sobrevivência.

Dessa forma, as comunidades tradicionais migram muitas vezes para outras atividades que são menos de pesca, mas em muitos casos ainda ligadas ao mar e ao seu entorno, sem abandonar os laços estabelecidos em suas comunidades e nas atividades típicas deste grupo tradicionalmente produtivo. São aspectos das pluriatividades também peculiar a cultura da agricultura familiar. No caso das comunidades pesqueiras há um leque de atividades que são típicas destes segmentos. Essas atividades produtivas foram consolidadas ancestralmente definindo como sendo parte do grande universo de práticas sociais e culturais dos chamados povos tradicionais.

Conclusão

A partir do objetivo de analisar algumas formas de participação nas ações de incubação de um grupo de pescadores artesanais a partir da associação dos jangadeiros do Pontal de Maracaípe no litoral Sul de Pernambuco feito pelo INCUBACOOP- UFRPE e também de verificar de que forma a participação que gera a mobilização necessária para a dinâmica da atividade de jangadeiros na prática do turismo sustentável fizemos algumas identificações neste sentido.

Verificamos que os segmentos assistidos por processos de incubação como análogos ao que sugere os princípios da PNATER (2004) devem ser alcançados mediante a adoção de metodologias participativas porque é da natureza destes grupos serem participativos. A participação está presente nas mais variadas formas desde a constituição destes grupos como grupos sociais primários até às outras formas de participação voluntárias como no caso de pertencerem a uma associação.

A participação foi evidenciada nos processos de incubação, uma vez que na execução do processo incubatório foram utilizadas metodologias participativas e formação para a cooperação. Assim, os pescadores, que também são jangadeiros, realizam atividades de turismo sustentável articularam-se para um melhor desempenho de seus trabalhos e melhoria de suas condições de trabalho e de desenvolvimento local.

No caso das análises sobre o processo de incubação com a Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe em Pernambuco, vislumbramos várias formas de participação que fortalecem sua identidade de povo ou comunidade tradicional. A participação na cultura peculiar dos pescadores pode ser vivenciada de diversas formas, em virtude de sua lógica peculiar e cultural e das formas de relações sociais no campo enquanto modalidades de participação.

Consideramos que uma forma ideal de desenvolvimento deve redistribuir não só renda e condições melhores de trabalhos, mas também valorizar ativos estratégicos como a capacidade de participação e organização para que o capital social desperdiçado possa ser acionado e seja útil para novas conquistas importantes socialmente falando. Logo, proporciona-se uma participação que leve as pessoas a sempre vislumbrarem novas formas de participação como a desenhada nas antigas recomendações de Bordenave (1986), mas que ainda mostram-se tão pertinentes as análises contemporâneas.

Constrói-se assim uma possibilidade de se interferir em determinadas realidade mediante a mobilização, participação e reciprocidade ativa das pessoas para que trabalhem juntas, ou seja, uns com os outros numa ação sempre coletiva, abandonando as formas solitárias de ação e adotando formas coletivas de formação de sujeitos sociais.

Logo, fugir-se-ia da inércia e adentrar-se-ia em processos dinâmicos e dialéticos em prol da cidadania e democracia considerando todos os aspectos da cultura do grupo. Tal perspectiva contribuiria para que a sociedade, que desejamos ser democrática, baseie-se em condicionantes socioeconômicos, mas que demonstrem resiliência mediante ações coletivas, pois, como diz Bordenave – a participação é um necessidade peculiar a nossa condição humana.

Referencias

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação? São Paulo. Brasiliense, 1986.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004.

FARIA, Andrea Alice da Cunha. O uso do diagnóstico rural participativo em processos de desenvolvimento local. Visçosa. UFV. 2000.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1977**.**

GHON, Mª da Glória (org). Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Editora Universidade de Brasília. 2009.

LIMA, Irenilda de Souza. **A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da Extensão Rural para o desenvolvimento local**. In: CIMADEVILLA, Gustavo (comp.). Comunicación, tecnologia y desarrollo - Trajectorias. Rio Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2006.

PONTES, Maria Lúcia de. Sujeitos Coletivos de Direitos. In Dicionário da Educação do ampo. Caldart, Roseli Salete et al. (org). Rio de Janeiro, São Paulo. Expressão Popular. 2012. P 724-727.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF UPF, 1999.

ZIPPELIUS, Reinhold. Teoria Geral do Estado. Gulbenkian. Lisboa. 1997.